

Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

Aos 14 dias do mês de junho de 2022, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão De Ambiente e Energia, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da Ata nº 6

2. Petições

Relatório Final Petição n.º 264/XIV/2.ª - contra a instalação de ETAR e poluição proveniente da destilaria em Levira – **Deputada relatora Joana Sá Pereira (PS)**

Relatório Final Petição n.º 119/XIV/1.ª – Criação de Reserva Natural para a proteção do Touro Bravo e biodiversidade associada – **Deputado relator João Miguel Nicolau (PS)**

3. Iniciativas Legislativas

PJL 124/XV/1 (CH) - *Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, no sentido de promover uma utilização eficiente dos recursos hídricos.* **Relator cabe ao GP PS**

PJL 137/XV/1 (PCP)- *Estabelece medidas para preservação e remediação de solos.* **Relator cabe ao GP PSD**

PJL 138/XV/1 (PCP) - *Estrutura a orgânica e a forma de gestão das Áreas Protegidas.* **Relator cabe ao GP PS**

PJL 139/XV/1 (PCP) - *Atualização da caracterização e diagnóstico do estado das áreas protegidas e do regime de aprovação de projetos.* **Relator cabe ao GP PSD**

PJL 140/XV/1 (BE) - *Garante a gestão pública do abastecimento de água e do saneamento.* **Relator cabe ao GP PS**

4. Projetos de Resolução

Definição de metodologia de apreciação

PJR 85/XV/1 (PSD) - *Programa de redução das perdas de água nas redes de abastecimento público*

PJR 87/XV/1 (PSD) - *Reforçar a capacidade de armazenamento das albufeiras*

Apreciação e discussão

PJR 42/XV/1 (PAN) - *Criação de um grupo de trabalho sobre arrojamentos na costa portuguesa*

PJR 44/XV/1 (BE) - *Recomenda ao Governo a publicação da legislação ProSolos, o mapeamento urgente dos solos contaminados e que os fundos do PRR não sejam utilizados para a desresponsabilização e compensação dos poluidores*

PJR 33/XV/1 (PSD) - *ProSolos - Prevenção da contaminação e remediação de solos (por arrastamento)*

PJR 61/XV/1 (BE) - *Recomenda a remoção de infraestruturas hidráulicas obsoletas*

5. Apreciação e votação do parecer:

Conta Geral do Estado 2020 (CGE) – Deputado Relator Hugo Pires (PS)

6. Distribuição para elaboração de parecer: PTCE 2022 - Escrutínio do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2022 – Relator cabe ao GP PS

7. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP do PSD para audições com Aldeamento Turístico Herdade do Montalvo / **Professor Manuel Duarte Pinheiro, Associação**



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

de Agricultores de Alcácer do Sal, Câmara Municipal de Alcácer do Sal, **Administração da Região Hidrográfica do Alentejo (ARHA) / Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPA) e Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável, sobre consumo insustentável de recursos hídricos subterrâneos no concelho de Alcácer do Sal.**

8. Outros Assuntos

1. Aprovação da Ata nº 6

A ata nº 6 foi aprovada por unanimidade.

2. Petições

Relatório Final Petição n.º 264/XIV/2.ª - contra a instalação de ETAR e poluição proveniente da destilaria em Levira

A Senhora Deputada relatora Joana Sá Pereira (PS) apresentou o relatório final desta petição, posto o que foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Relatório Final Petição n.º 119/XIV/1.ª – Criação de Reserva Natural para a proteção do Touro Bravo e biodiversidade associada

O Senhor Deputado relator João Miguel Nicolau (PS) apresentou o relatório final desta petição, posto o que tomou a palavra a Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) para agradecer ao relator e anunciar que se absterá nesta votação. Esclareceu que não acompanha o relatório porque se distância da opinião do seu relator. Afirmou ainda que, não sendo claro o âmbito da iniciativa, poderá a mesma colidir com a posição do PAN, que tem sempre pugnado pelo salto civilizacional que constitui a abolição da tauromaquia.

Submetido a votação, o relatório final foi aprovado com a abstenção do PAN e L e os votos a favor do PS, PSD, CH e BE, registando-se a ausência do PCP e L.

3. Iniciativas Legislativas

PJL 124/XV/1 (CH) - *Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, no sentido de promover uma utilização eficiente dos recursos hídricos*

O GP do PS designou, para autor do parecer, o Senhor Deputado Nuno Fazenda.

PJL 137/XV/1 (PCP)- *Estabelece medidas para preservação e remediação de solos*

O GP do PSD designou para autor do parecer, o Senhor Deputado Bruno Coimbra.

PJL 138/XV/1 (PCP) - *Estrutura a orgânica e a forma de gestão das Áreas Protegidas*

O GP do PS designou a Senhora Deputada Cláudia Avelar para autora do parecer.

PJL 139/XV/1 (PCP) - *Atualização da caracterização e diagnóstico do estado das áreas protegidas e do regime de aprovação de projetos*

O GP do PSD designou, para autor do parecer, o Senhor Hugo Oliveira.

PJL 140/XV/1 (BE) - *Garante a gestão pública do abastecimento de água e do saneamento*

O GP do PS designou a Senhora Deputada Raquel Ferreira para autora do parecer.

Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

4. Projetos de Resolução

Definição de metodologia de apreciação

PJR 85/XV/1 (PSD) - *Programa de redução das perdas de água nas redes de abastecimento público*

O GP do PSD informou que pretende remeter a discussão da iniciativa para Plenário.

PJR 87/XV/1 (PSD) - *Reforçar a capacidade de armazenamento das albufeiras*

O GP do PSD informou que pretende discutir a iniciativa em Comissão.

Apreciação e discussão

PJR 42/XV/1 (PAN) - *Criação de um grupo de trabalho sobre arrojamentos na costa portuguesa*

A discussão desta iniciativa ocorreu nos seguintes termos:

A intervenção inicial coube à Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) que apresentou o projeto pelo qual se propõe a criação de um grupo de trabalho (GT) sobre arrojamentos na costa portuguesa. Fundamentou a iniciativa, recordando o episódio recente de um cachalote que encalhou na praia da Fonte da Telha, que causou grande indignação e críticas pela demora na mobilização de meios, conduzindo ao desfecho trágico da morte do animal na praia, após longas horas de sofrimento. Defendeu, em particular, a necessidade de desenvolver planos de ação claros que permitam uma intervenção rápida e coordenada neste tipo de situações, para salvar os animais vítimas de arrojamento na nossa costa, prevendo também a possibilidade de minimizar o seu sofrimento, nos casos em que não seja possível o seu salvamento (eutanásia). Notou, a propósito, que já existe um regime jurídico que reconhece a senciência animal e o direito ao não sofrimento, mas que não tem tido qualquer resposta no terreno. Aproveitou para relembrar que Portugal vai acolher a Conferência dos Oceanos e que os oceanos são a “casa” destas extraordinárias espécies.

No período de debate, interveio primeiramente a Senhora Deputada Eunice Pratas (PS) que recomendou a não viabilização deste PJR, com os seguintes fundamentos: a) já existe uma rede nacional de resposta aos arrojamentos, coordenado pelo ICNF, em articulação com um conjunto de outras entidades; b) existem já dois centros de reabilitação de animais marinhos; b) em 2011, procedeu-se à melhoria daquela rede nacional com a implementação de redes regionais, existindo, atualmente, quatro; c) está previsto o reforço de verbas do Fundo Ambiental, aprovado no âmbito do Orçamento do Estado para 2022, de 400.000 euros, para esta rede. Concluiu lembrando que iniciativa idêntica à que é apresentada pelo PAN foi rejeitada na especialidade, no citado processo orçamental.

Prosseguiu o Senhor Deputado João Marques (PSD) que disse partilhar, em parte, as preocupações do PAN sobre esta matéria. Identificou, todavia, algumas dúvidas sobre a constituição de mais um GT, sobre a sua natureza e constituição, e sobre os seus propósitos. Notou igualmente que, nesta iniciativa, já se identificam recomendações que podem condicionar o próprio trabalho do GT. Ainda assim, anunciou que o PSD não inviabilizará esta iniciativa.

A Senhora Deputada Rita Matias (CH) também acompanhou a posição do PSD. Considerando o tema de grande relevância, subscreve as dúvidas sobre a oportunidade de mais um GT até porque o seu partido, segundo disse, tem especiais preocupações com a proliferação de GT porque significam a multiplicação de gastos e de despesa pública, com poucos resultados. Reconheceu,

Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

contudo, a necessidade de mais meios e de uma capacidade de resposta diferente. Disse acompanhar a posição do PAN quando defende que a responsabilidade da resolução destes casos não pode recair nas populações, como aconteceu recentemente na Fonte da Telha.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), defendeu que o problema não se centra na falta de um GT, mas na falta de meios, observando que o PAN identifica isso na sua iniciativa. Considerou, assim, que a discussão não deve ser reduzida ao tema da constituição de um GT. Admitindo até desconhecer alguns dos elementos aqui trazidos pelo PS, notou que tal não se consubstancia em resultados no terreno, sublinhando a necessidade de se passar à prática. No entender do PCP, as respostas não podem depender da boa vontade do momento, advogando uma resposta sistémica das entidades competentes, ou seja, do ICNF.

Os Senhores Deputados Pedro Filipe Soares (BE) e Rui Tavares (L) disseram subscrever as mesmas preocupações e como tal, indicaram que votariam favoravelmente.

A Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) usou novamente da palavra para uma intervenção final. Em resposta ao PS salientou que: a) foram identificadas lacunas na citada rede nacional de resposta aos arrojamentos: por exemplo, a inexistência de um médico veterinário contratado; b) é necessária a revisão orgânica do ICNF garantindo a existência de uma unidade específica com competências em matéria de proteção e bem-estar dos animais marinhos; c) é igualmente importante combater a ausência crónica de meios do ICNF. Apelou, finalmente, à viabilização desta iniciativa, dizendo crer que o PS não quererá que volte a suceder episódio idêntico ao que ocorreu na praia da Fonte da Telha, perante a inércia das autoridades.

PJR 44/XV/1 (BE) - *Recomenda ao Governo a publicação da legislação ProSolos, o mapeamento urgente dos solos contaminados e que os fundos do PRR não sejam utilizados para a desresponsabilização e compensação dos poluidores*

Este ponto da OD foi adiado, conforme explicitado no ponto seguinte.

PJR 33/XV/1 (PSD) - *ProSolos - Prevenção da contaminação e remediação de solos (por arrastamento)*

O Senhor Presidente esclareceu que, tendo o PSD solicitado que a discussão desta iniciativa fosse remetida para Plenário, o proponente veio, entretanto, requerer que fosse discutida em Comissão, por arrastamento, conjuntamente com o PJR 44/XV/1.ª (BE). Informou, todavia, que a mesma ainda não tinha baixado a esta Comissão, não reunindo as condições para ser discutida agora.

O Senhor Deputado Hugo Carvalho (PSD) pediu a palavra para dizer que, nessa circunstância, o PSD solicitava o adiamento da discussão da iniciativa do BE para garantir que os dois PJR, sobre temas conexos, pudessem ser discutidos conjuntamente.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), anuindo, solicitou apenas que o seu reagendamento permitisse que a iniciativa fosse discutida em tempo útil.

PJR 61/XV/1 (BE) - *Recomenda a remoção de infraestruturas hidráulicas obsoletas*

A discussão da iniciativa ocorreu nos seguintes termos:

A intervenção inicial coube ao Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) que apresentou o projeto pelo qual se propõe que sejam removidas infraestruturas hidráulicas obsoletas. Fundamentou a iniciativa começando por se referir a uma primeira tentativa de levantamento, realizada há uns anos, que identificou cerca 8000 infraestruturas que obstruem a atividade dos rios com



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.ª SL

consequências várias: constituem barreiras às rotas migratórias dos peixes e têm impactos cumulativos ao longo de todo o rio, até aos estuários e à costa, com aumento do risco de erosão costeira. Reconhecendo a possibilidade de, alguns destes prejuízos poderem ser justificados pela atividade humana (função social, energética e de mobilidade), entende que, em muitos casos, não se justificarão. Sublinhou finalmente, que a ideia não será removê-las todos de uma vez. Pretende esta iniciativa que: *i)* se faça o adequado mapeamento destas infraestruturas; *ii)* se distinga as obstruções úteis das restantes; *iii)* se desenvolva um plano para devolver a liberdade aos rios, tão necessária para a defesa da biodiversidade e da sustentabilidade ambiental.

No período de debate, interveio primeiramente o Senhor Deputado Nuno Fazenda (PS) que saudou o projeto do BE. Começou por contextualizar o problema lembrando que Portugal integra uma das regiões da Europa mais atingidas pelas alterações climáticas e que a seca é um problema estrutural no nosso país. Assim, segundo afirmou, a água tem de ser um desígnio estratégico, garantindo-se a aplicação de princípios como a poupança e eficiência no uso da água, a reutilização de água que não exija a sua potabilidade, e a preservação e valorização dos recursos hídricos. Mencionou, seguidamente, os investimentos que têm sido realizados na rede hidrográfica e que, na sua opinião devem prosseguir e ser aprofundados. Subscreeveu a necessidade de se promover a remoção de infraestrutura obsoletas, conforme propõe o PJR, mas salientou que tem de ser analisado caso a caso, como aliás prevê a Comissão Europeia. Recordou que esta é uma prioridade que já se encontra inscrita no âmbito do Orçamento do Estado (OE) para 2022, no artigo 196.º-A, na sequência de uma proposta do PAN que foi acolhida pelo PS. Finalizou dizendo que acompanharão esta iniciativa.

Prosseguiu o Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) que também disse acompanhar a iniciativa. Referiu-se à necessidade de preservar as espécies piscícolas ameaçadas de extinção, concordando também com a elaboração do cadastro de continuidade fluvial. Lembrou, contudo, que estas preocupações já se encontram plasmadas no GT que foi constituído para o efeito e que não teve continuidade. Admitiu a hipótese de a redação da iniciativa vir a ser melhorada nomeadamente em dois pontos: *i)* no ponto 2, que considerou demasiado abrangente, propondo incluir a definição uma hierarquia de infraestrutura a remover; *ii)* o ponto 3, pode contemplar soluções de financiamento, tendo até em conta a diversidade de proprietários, que serão, em muitos casos, as autarquias locais ou até o próprio Estado (administração central).

A Senhora Deputada Rita Matias (CH) acompanhou a preocupação expressa nesta iniciativa, considerando pertinente a questão em apreço. Não obstante, manifestou dúvidas quanto ao ponto 3, e pediu esclarecimentos adicionais sobre o mesmo. Disse não concordarem com uma solução pública, que poderá conduzir a “despesismos”, constituindo mais um encargo para os contribuintes. Salientou que, aplicando-se o princípio do poluidor-pagador, caberá ao proprietário resolver a questão.

O Senhor Deputado Bernardo Blanco (IL) concordando genericamente com as preocupações contidas nesta iniciativa, subscreveu as dúvidas na redação do ponto 3, já anteriormente levantadas pelos GP do PSD e CH. Entende, igualmente, que, pelo menos parte do projeto já estará inscrito na Lei do OE 2022.



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.º SL

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), enquadrou a sua posição sobre este assunto remetendo para a discussão do artigo da Lei do OE 2022 relativo aos rios livres, em que o PCP se absteve. Tendo presente a frequência dos eventos de seca extrema, o PCP propõe uma abordagem flexível, que não sacrifique, sem limites, a biodiversidade em favor da gestão da água, discordando do desígnio dos rios livres como um fim em si mesmo. Deixou à consideração a hipótese de se prever que algumas infraestruturas hidráulicas, consideradas obsoletas, em vez de serem removidas, possam ser recuperadas para as modernizar ou adaptar. Esclarece, pois, que o PCP, face aos desafios atuais da escassez de água, e que se agravarão no futuro, é contra um desmantelamento, em absoluto, destas infraestruturas. Apontou para a importância do investimento na capacidade de reserva e de retenção dos recursos hídricos, e numa gestão mais racional para fazer face às novas necessidades que, também no plano do abastecimento, se colocam.

A Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) afirmou que também acompanharia a iniciativa do BE. Discordou de algumas das observações do Deputado do PCP, realçando que o PJR se refere apenas a barreiras obsoletas, identificadas como tal, ou seja, sem qualquer conteúdo funcional, que prejudiquem a biodiversidade, lembrando ainda a importância dos rios livres para a recuperação dos ecossistemas afetados por estas barragens. Argumentou ainda que, sendo a seca um problema muito preocupante, tal não interfere no plano de ação para os rios livres, que deverá incluir, na sua perspetiva, a sua despoluição. Aproveitou para notar que o PAN também acompanhará a execução da medida prevista no OE 2022. Aludiu, por fim, a um estudo recente, que identificou, só na bacia do Douro, 152 barreiras obsoletas, concluindo que mais de 25% não tinham qualquer propósito funcional.

Seguidamente, o Senhor Deputado Rui Tavares (L) sublinhou que o termo “infraestruturas hidráulicas” é mais abrangente que o termo “barragens”, sugerindo que se precisasse o objeto da iniciativa. Disse concordar com os pontos 3 e 4 deste PJR, nomeadamente com o pedido de uma solução pública quando os proprietários não agem.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) usou novamente da palavra para uma intervenção final, afirmando não compreender as objeções do Deputado Bruno Dias, referindo nomeadamente os resultados do GT. Notou ainda que a avaliação é realizada de forma supramunicipal, indo além da visão individual de cada município. Notou que o trabalho foi iniciado em 2017, mas não foi materializado. Aproveitou ainda para dizer que está cético quanto à execução da mencionada norma orçamental, que resultou de uma proposta do PAN e que o BE também votou favoravelmente. Relativamente às objeções sobre o financiamento, esclareceu que não se trata de uma verba a fundo perdido. Pretende-se, isso sim, responsabilizar os proprietários e criar um mecanismo com o objetivo de ressarcir o Estado do seu investimento público, sem que fique dependente desse dinheiro para agir. Concluiu argumentando a favor de uma análise mais estrutural sobre o assunto em apreço.

5. Apreciação e votação do parecer: Conta Geral do Estado 2020 (CGE).

O Senhor Deputado Hugo Pires (PS) apresentou o parecer de que foi relator, sublinhando ainda que não emitia opinião sobre o relatório (CGE).



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.º SL

Submetido a votação, foi o parecer aprovado com a abstenção do PCP e o voto favorável do PS, PSD, CH, IL e L, registando-se a ausência do BE e do PAN.

6. Distribuição para elaboração de parecer: PTCE 2022 - Escrutínio do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2022

Foi indicado para relator deste parecer, o Senhor Deputado Rui Lage (PS).

7. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP do PSD para audições com Aldeamento Turístico Herdade do Montalvo / Professor Manuel Duarte Pinheiro, Associação de Agricultores de Alcácer do Sal, Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Administração da Região Hidrográfica do Alentejo (ARHA) / Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPA) e Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável, sobre consumo insustentável de recursos hídricos subterrâneos no concelho de Alcácer do Sal.

O Senhor Hugo de Carvalho (PSD) fez a apresentação do requerimento e dos seus fundamentos. Submetido a votação foi o requerimento aprovado por unanimidade.

Foi também consensualizado que as audições seriam realizadas conjuntamente.

8. Outros Assuntos

O Senhor Presidente informou que, relativamente ao agendamento da audição conjunta das várias entidades, no âmbito do requerimento do PSD - Mitigar preço da eletricidade – veio, entretanto o proponente requerer que cada uma das entidades seja ouvida em audição em separada e com grelha individual de tempos.

Sublinhando que a referida audição conjunta – da ERSE, OMIE SGMR-OMIE e APREN - estava já agendada para dia 12-07, às 15h00, alertou para os riscos que este reescalonamento das audições poderia provocar, prolongando excessivamente os trabalhos, e remetendo para as 20h00 a audição do Ministro do Ambiente e Ação Climática, que tinha sido agendada para 17h30.

Aproveitou ainda para fazer o ponto de situação das audições no âmbito dos pareceres do PDIRT-E e PDIRG, agendadas para dia 05-07, dando ainda nota de que o Secretário de Estado do Ambiente e Energia não poderá comparecer na data para o qual foi convocado - dia 05-07, às 17h30 - propondo, em alternativa o dia 12-07, às 15h30, ou os dias 13 ou 14-07, pós-plenário. Na impossibilidade de agendamento para dia 12, notando que nessa semana (de 11 a 15 de julho) não haverá plenários, sugeriu que se aproveitasse uma das tardes, de dia 13 ou 14, para este reagendamento.

O Senhor Deputado Hugo de Carvalho (PSD) concordando com a inviabilidade de convocar o Ministro para as 20h00, reiterou, ainda assim, a pretensão do PSD em realizar essas audições em separado, questionando depois se seria possível ouvir o Ministro na quarta-feira, dia 06-07, de manhã.

Seguidamente, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), concordando também com as audições separadas das entidades (relativas ao requerimento), propôs que se remetesse a audição do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.º SL

Ministro para outra data. Sugeriu até que se utilizasse uma mesma tarde, por exemplo dia 13-07, para realizar as audições do Secretário de Estado e do Ministro.

O Deputado Rui Tavares (L) manifestou expressamente o seu acordo a esta proposta.

Ficou assim consensualizado que se agendariam as audições do Ministro e do Secretário de Estado para a mesma tarde de 13 de julho, a primeira das quais, iniciando-se às 15h00.

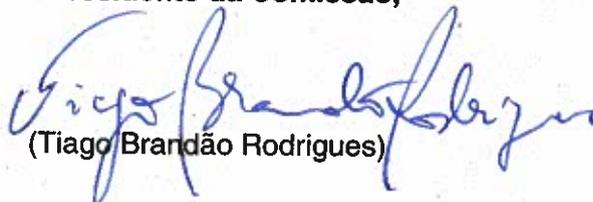
Retomando a palavra, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), lembrou que seria prudente reservar um dia dessa semana, porventura ainda no dia 13, para uma reunião ordinária, com o propósito de fechar algum assunto pendente no âmbito de processo legislativo, nomeadamente votações.

O Senhor Presidente considerou que seria preferível reservar o dia 14 para essa reunião e anunciou o agendamento de uma reunião de Mesa e Coordenadores, na semana seguinte, às 16h00, para discutir, nomeadamente, as grelhas destas audições.

A reunião foi encerrada às 18:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de junho 2022.

O Presidente da Comissão,



(Tiago Brandão Rodrigues)



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 7/XV/ 1.º SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Monteiro (PS)
Cláudia Avelar Santos (PS)
Eunice Pratas (PS)
Francisco Dinis (PS)
Hugo Pires (PS)
Joaquim Barreto (PS)
Nelson Brito (PS)
Nuno Fazenda (PS)
Raquel Ferreira (PS)
Ricardo Pinheiro (PS)
Rui Lage (PS)
Tiago Brandão Rodrigues (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Carlos Cação (PSD)
Hugo Martins De Carvalho (PSD)
Hugo Patrício Oliveira (PSD)
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
Rita Matias (CH)
Bernardo Blanco (IL)
Bruno Dias (PCP)
Pedro Filipe Soares (BE)
Inês De Sousa Real (PAN)
Rui Tavares (L)
Francisco Rocha (PS)
João Miguel Nicolau (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Paulo Marques (PS)
Alexandre Poço (PSD)
Cláudia André (PSD)
João Marques (PSD)
Paulo Ramalho (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Joana Sá Pereira (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Rui Cristina (PSD)
Sónia Ramos (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Coimbra (PSD)

